

ANO EUROPEU DO ENVELHECIMENTO ACTIVO E DA SOLIDARIEDADE ENTRE GERAÇÕES 2012 POR UMA SOCIEDADE DE SOLIDARIEDADE ENTRE GERAÇÕES

Para a Inter-Reformados/CGTP-IN o Ano Europeu do Envelhecimento Activo e Solidariedade Intergeracional em Portugal deveria ter por parte da Comissão de Acompanhamento deste Ano Europeu o objectivo de ajudar a combater, através das suas reuniões, encontros e debates, as desigualdades e ataque aos direitos dos mais velhos, dos jovens e menos jovens. Seria muito útil que até ao final deste ano de 2012 fossem apresentadas às entidades oficiais os resultados de estudos e intervenções que dessem força à nossa convicção de que é preciso envelhecer activamente com direito a pensões dignas, melhor saúde e bem-estar.

Para a Inter-Reformados o tempo é de luta contra as injustiças, a ilegalidade e inconstitucionalidade do roubo dos subsídios de Férias e Natal e que seja cumprida a Constituição da República Portuguesa.

No âmbito deste Ano Europeu a CGTP-IN tomou posição publicando um manifesto do qual transcrevemos alguns excertos:

MELHORAR A ESPERANÇA DE VIDA SEM INCAPACIDADE

Assegurar a estabilidade de empregos e melhorar a saúde são dois dos determinantes essenciais para o envelhecimento. O sistema de saúde deve adoptar uma perspectiva da promoção da saúde e da prevenção da doença ao longo da vida. A salvaguarda do Ser-

viço Nacional de Saúde é para a CGTP-IN a condição estratégica essencial para assegurar a universalidade no acesso e garantir cuidados de saúde de qualidade, o que exige o reforço dos cuidados de saúde primários. As autoridades públicas devem ter uma intervenção activa na promoção de estilos de vida saudáveis. Mas os invés o Serviço Nacional de Saúde está a ser alvo de uma fortíssima ofensiva que afronta a Constituição da República, reduzindo a prestação de serviços públicos essenciais e o acesso à saúde por parte dos cidadãos.

O aumento da esperança de vida é um progresso essencial para a humanidade. Mas os(as) reformados(as) e aposentados(as) são hoje penalizados com a redução e congelamento das pensões, através do factor de sustentabilidade, pelo facto de se viver mais anos, o que a CGTP-IN tem rejeitado.

As diferenças na esperança de vida reflectem profundas desigualdades sociais entre os mais ricos e os mais pobres e estas têm tendência a acentuar-se.

Dá-se hoje excessiva atenção ao aumento da esperança de vida sem referir se é acompanhada por anos de anos de vida saudável. Em Portugal a esperança de vida aos 65 anos de uma mulher é de 20,5 anos, mas o número de anos de vida saudável nesta idade é de apenas 5,4 anos, claramente abaixo da média europeia (8,4 anos) e muito longe da Suécia (14,6 anos).

ASSEGURAR O FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS EM REGIMES DE SOLIDARIEDADE

Para a CGTP-IN as Funções Sociais do Estado, segurança social, saúde, educação e a acção contra a pobreza, devem ser financiadas através de sistemas que permitam assegu-



UMA FORÇA QUE CONTA

rar uma efectiva solidariedade entre as gerações.

Os instrumentos essenciais são os impostos, os quais devem ser progressivos, tendo em conta o rendimento e a riqueza; na segurança social, o financiamento do sistema previdencial pelo regime de repartição, o qual assenta na solidariedade entre as gerações.

A sociedade precisa de mais e não de menos solidariedade. Por isso, a CGTP-IN defende as funções sociais do Estado, como conquista do 25 de Abril, que permitiram a universalidade e acessibilidade do direito à educação, à saúde e à prestação social, e lutará contra a sua progressiva descaracterização. Por isso, a CGTP-IN defende o direito à segurança social e manifesta-se contra a criação de um tecto nas contribuições e defende o direito à saúde para todos e rejeita as políticas de retrocesso ou assistencialistas.

UMA SOCIEDADE PARA TODOS E TODAS SEM BARREIRAS DE IDADE

No Ano Europeu de 1999 o lema foi "uma sociedade para todas as idades". A mobilização dos trabalhadores e a mobilização da sociedade é fundamental para impedir o aprofundamento da regressão social e impor a mudança. A CGTP enaltece o desempenho da Inter-reformados e da Interjovem, nos objectivos preconizados na luta, por uma sociedade verdadeiramente Solidária e Intergeracional e bater-se-á pela efectivação das garantias constitucionais nestes domínios.



UMA FORÇA QUE CONTA CGTP Inter-sindical Nacional

LUTA DA IR CONTRA AS INJUSTIÇAS SOCIAIS

A petição da Inter-Reformados (IR), cujo lema era "Contra as injustiças sociais, contra o roubo dos subsídios de férias e de Natal", contou com 5012 assinaturas e foi entregue na Assembleia da República (AR) ao seu Vice-Presidente, Dr. António Filipe, no dia 19 de Setembro último.

Nesse mesmo dia foi recebida uma delegação da IR em audiências parlamentares, concedidas pelos partidos PCP, PEV, PSD e CDS. Estas audiências permitiram-nos expor a situação dos reformados, aposentados e pensionistas, gravemente lesados no seu direito a viver com dignidade.

As políticas de direita praticadas pelos sucessivos governos têm imposto aos trabalhadores e reformados sacrifícios insuportáveis, com supressão ou cortes nos subsídios de férias e de Natal, cortes nas prestações sociais e aumento do custo de vida, entre outros.

Neste dia 19 de Setembro, frente à AR, estiveram dirigentes e activistas da IR, e também do MURPI que, solidariamente, esteve nesta concentração com amigos reformados.

Esta acção simbolizava o sentimento de repúdio dizendo "Os reformados não querem ser os bombos da festa".

Os reformados estão sempre solidários com os trabalhadores e desempregados.

Estaremos na Marcha Contra o Desemprego que atinge os nossos filhos, netos e amigos.

A LUTA CONTINUA E É DE TODOS EXIGIMOS O FIM DESTA POLÍTICA DE DIREITA



O SAQUE DOS SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL

Durante o passado mês de Julho, cerca de 80% de mais de meio milhão de aposentados, reformados e pensionistas da Administração Pública, em áreas que vão desde a Administração Central, Regional e Local, passando pelo Exército, Armada e Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública, e terminando nas Empresas Públicas, viram-se saqueados de uma parte significativa do seu rendimento anual, por determinação da Lei do Orçamento do Estado para este ano. O saque também foi extensivo a cerca de 2,5 milhões de pensionistas da Segurança Social»

continua na página seguinte ➔

O SAQUE DOS SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL continuação da página 1

Assim, de acordo com aquela lei, os subsídios de férias e de Natal serão "suspensos" para quem tenha pensões acima de 1.100 euros; quem ganhe entre 600 e 1.100 euros sofre uma redução progressiva; finalmente, abaixo de 600 euros recebe na totalidade.

Chamado a pronunciar-se, o Tribunal Constitucional veio a declarar as normas relativas aos cortes dos subsídios como inconstitucionais, mas só em relação ao ano de 2013 e seguintes, já que, para o ano em curso, se mantêm aqueles cortes. Ou seja, num ano é inconstitucional e no outro não, em 2013 é ilegal mas em 2012 é perfeitamente legal.

Não podemos ficar impávidos a assistir a este autêntico roubo feito nas nossas costas e a exigirem-nos ainda mais sacrifícios quando a repartição dos mesmos não é equitativa. E os sacrifícios abatem-se só para os trabalhadores da Administração Pública e os pensionistas, tanto da Caixa Geral de Aposentações como da Segurança Social!

Esta declaração de inconstitucionalidade tem muito a ver com a justeza das lutas levadas a cabo nesse sentido. A luta é, pois, o caminho a seguir, já que, se não houvesse contestação a este saque, as reduções ter-se-iam feito a partir dos 485 euros, como havia sido anunciado. Por isso, o próximo passo a dar será o da exigência da reposição dos subsídios que nos pertencem por direito.

A finalizar, deixamos, para vossa reflexão, as seguintes perguntas:



RETIRADA DO DESCONTO DE 50% NOS TRANSPORTES COLECTIVOS AOS REFORMADOS



Neste ano de 2012, "Ano Europeu do Envelhecimento Activo e da Solidariedade entre Gerações", segundo a União Europeia, o Governo do PSD/CDS, em Portugal, ao invés de melhorar as condições de vida das pessoas idosas toma medidas penalizadoras e de desvalorização como foi a retirada do desconto de 50% nos transportes colectivos. A CGTP-IN assume a definição dada pela Organização Mundial da Saúde para o envelhecimento activo "um processo de optimização das oportunidades para a saúde, a participação

e a segurança com vista a melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem". Defende também que "o envelhecimento activo depende antes de muitos outros factores, como os culturais; como a sociedade vê o envelhecimento; a saúde física e mental e o bem-estar; a economia, com políticas que favoreçam o pleno emprego"

O aumento da esperança de vida é um progresso essencial para a humanidade. Em Portugal, as estatísticas dizem-nos que a solidão em que vivem muitos idosos é preocupante, pelo que é uma situação que urge melhorar com respostas políticas. Mas...as mesmas instituições europeias que defendem o envelhecimento activo e o Governo português aplicam políticas de austeridade que provocam o aumento das desigualdades, da pobreza e da exclusão. Mais...promovem o individualis-

PORQUE NOS ESTÃO A EXIGIR CADA VEZ MAIS SACRIFÍCIOS? PARA SALVAR O QUE E A QUEM?

SERÁ PARA SALVAR OS GRANDES GRUPOS ECONÓMICOS QUE CONTINUAM A REGISTAR LUCROS OBSCENOS?

SERÁ PARA SALVAR O CAPITAL FINANCEIRO QUE ESTÁ A LUCRAR RIOS DE DINHEIRO COM ESTA TÃO PROPALADA CRISE?

SERÁ PARA SALVAR AS POLÍTICAS DE RETIRADA DE DIREITOS? DA DIMINUIÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS APOSENTADOS, REFORMADOS E PENSIONISTAS E TRABALHADORES EM GERAL? DA DESTRUIÇÃO DO NOSSO APARELHO PRODUTIVO? E PORQUE SÓ PENALIZAM OS RENDIMENTOS DO TRABALHO E AS PENSÕES?

ATÉ QUANDO ESTES GOVERNOS, QUE TÃO MAL NOS TÊM TRATADO, ABUSARÃO DA NOSSA PACIÊNCIA

mo em nome dos mercados financeiros. É neste quadro que este Governo - PSD/CDS ao retirar o direito à redução de 50% nos transportes colectivos, numa fúria privatizadora, atira para um maior isolamento os mais velhos dificultando a sua capacidade de mobilidade. Esta decisão também foi contestada pela IR. Em, 11 de Fevereiro de 2012, foi enviado um Comunicado de Imprensa pela CGTP-IN, sobre o aumento dos preços nos transportes e o corte nos passes sociais; em 24 de Janeiro de 2012, novo Comunicado de Imprensa da IR Nacional repudiando também estas medidas; em 12 de Março de 2012, a IR de Lisboa promoveu uma Tribuna Pública, no Rossio "Em defesa do transporte público". Os pensionistas, reformados e aposentados não deixarão de continuar a lutar pelo direito a uma vida digna.

IMPÕE-SE DEFENDER O SNS

Deve-se muito à existência do Serviço Nacional de Saúde, o aumento da esperança de vida e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A saúde Geral e Familiar, mesmo com as suas grandes ineficiências, tem uma parte substancial nestes avanços, dado serem cuidados de saúde de maior proximidade das pessoas, da política de prevenção aí desenvolvida assim como o acesso ao medicamento.



Como a CGTP-IN sempre reivindicou os cuidados de Saúde primários devem ser a porta de entrada do SNS, todos os cidadãos devem ter acesso ao médico e enfermeiro de família, o mais próximo da sua residência.

Como é sabido, as políticas seguidas pelos partidos que tem governado o País, PSD/CDS e PS, têm seguido um rumo diferente menosprezando os cuidados de saúde primários, e por isso à dezenas de milhares de pessoas sem médico de família. Diminuíram ainda o acesso ao medicamento e baixaram as participações do Estado.

Porqu Shore não pode deixar de merecer forte indignação e repúdio o encerramento dos serviços de maior proximidade das populações como as urgências dos Centros de Saúde, e a concentração de centros de Saúde, e a diminuição de profissionais em nome da contenção de despesas.

Os reformados da Segurança Social maioritariamente tem pensões muito baixas de 195,40€ em regime não contributivo, agrícola 234,48€, e do regime geral de 254€ a 379€, e ainda muitos aposentados os da C.G.A. A primeira questão logo que se coloca como é que os reformados e idosos se podem deslocar para terem acesso aos cuidados de saúde quando em muitas aldeias e vilas deste País nem sequer há transportes públicos acessíveis.

É essencial, nomeadamente para o bem estar das pessoas mais idosas que necessitam ainda mais destes cuidados de saúde exigir o direito à universalidade e a acessibilidade dos serviços de saúde públicos senão, estaremos perante um grande retrocesso, as dependências das pessoas aumentarão, face ao aumento das doenças, e se associarmos à incapacidade das pessoas comprarem medicamentos necessários, dado estarem a perder poder de compra e a aumentarem substancialmente os serviços e bens básicos para a sua vida a situação torna-se muito grave e atentatória da vida humana.

Outro dos alicerces da política de direita para diminuir a acessibilidade aos cuidados de saúde é as taxas moderadoras.

Os reformados e aposentados com mais baixos rendimentos estão isentos, de pagamento mas a acessibilidade é dificultada por muitos outros motivos, como atrás referimos, mas para os que têm de pagar as taxas moderadoras os seus valores são muito violentos, com promessa de aumentarem cíclicamente no entanto as suas pensões não são aumentadas com a ameaça de se manterem congeladas nos dois próximos anos, mas aumentaram os impostos.

Pelos custos que acarreta o pagamento das taxas moderadoras, tanto das consultas como dos meios de diagnóstico e terapêutica, a universalidade inscrita na Constituição da República Portuguesa está em causa.

A política economicista e privatista do PSD/CDS em relação à saúde é o mais violento ataque ao SNS até hoje, tendo em vista a sua destruição, aos utentes, diminuindo e dificultando ainda o acesso aos cuidados de saúde, hospitalares de valências e das suas urgências que ficam para muitos cidadãos a horas das suas residências pondo em risco a vida das pessoas.

A forma de contratação de médicos, enfermeiros e outros profissionais para as instituições do Serviço Nacional de Saúde que o Governo pretende fazer por via de empresas privadas prestadoras de serviços também visa esses objectivos destruidores. A indiferenciação dos profissionais e a destruição das carreiras destrói a qualidade do SNS, que é uma das suas mais valias. Por outro lado, era gravíssimo entregar serviços inteiros de várias especialidades a empresas privadas de aluguer de mão-de-obra, podemos afirmar que se trata de uma forma subtil de privatização.

O SNS, é um bem de todos nós, tanto os utentes como os profissionais devem estar unidos na sua defesa, e contra as políticas que o pretendem alienar e exigir os seus direitos.